

A narrativa de direitos humanos nas grandes reportagens do UOL TAB¹

Iasmin Rao PAIVA²

Cicelia Pincer BATISTA³

Escola Superior de Propaganda e Marketing, São Paulo, SP

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo o estudo narrativo de uma reportagem do TAB – canal do portal UOL -, com o objetivo de analisar a imersão temática e o aprofundamento das matérias que envolvem os direitos humanos. Parte-se do princípio de que o papel da imprensa é fundamental para a compreensão acerca do tema. Assim, o texto tem como principais bases teórico-metodológicas a análise da narrativa jornalística de Luiz Gonzaga Motta (2013), em diálogo com os estudos de Cremilda Medina (2003) e com o estudo da Agência de Notícia dos Direitos da Infância (ANDI) acerca do jornalismo de direitos humanos. Os resultados mostram que a apuração e elaboração aprofundada acerca de um tema contribuem para narrativas jornalísticas de direitos humanos mais construtivas.

PALAVRAS-CHAVE: direitos humanos; análise narrativa; imersão temática; UOL TAB.

INTRODUÇÃO

O presente artigo é resultado de uma pesquisa de iniciação científica⁴ cujo objetivo foi analisar a imersão temática e o aprofundamento das matérias que envolvem os direitos humanos e que foram publicadas no ano de 2019 pelo UOL TAB. A princípio, o trabalho analisou 12 grandes reportagens multimídia sobre o tema, a partir da perspectiva narrativa e de linguagem multimídia. No entanto, o recorte proposto neste artigo busca aprofundar a análise de uma única matéria, “A cor do trabalho”, segundo os aspectos narrativos e temáticos, e se orientou pelo seguinte problema de pesquisa: a grande reportagem multimídia analisada é suficientemente aprofundada para elaborar uma perspectiva construtiva dos direitos humanos?

¹ Trabalho apresentado no IJ01 – Jornalismo, da Intercom Júnior – XVII Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do 44º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação

² Aluna do Curso de Jornalismo da ESPM/SP, e-mail: iasmin.paiva@acad.br

³ Orientadora do trabalho. Professora do Curso de Jornalismo da ESPM/SP, email: cicelia.batista@espm.br

⁴ Pesquisa original: Os direitos humanos nas grandes reportagens multimídias: uma análise das narrativas publicadas pelo UOL TAB em 2019; desenvolvido ao longo de 2020 no Curso de Jornalismo da ESPM/SP

O UOL TAB é o canal de reportagens multimídia produzido pelo grupo UOL, uma das maiores empresas brasileiras de conteúdo on-line, serviços digitais e tecnologia. Lançado em 2014, com a proposta de um novo conteúdo multimídia para o grupo por meio de “reportagens inéditas, aprofundadas, provocadoras e de alta qualidade” (UOL, 2014, on-line), publicadas semanalmente.

O elemento fundamental que constitui a temática e problematização desta pesquisa diz respeito à relação entre jornalismo e direitos humanos. Atualmente, quase um século depois da Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, pode-se elencar diferentes grupos e pessoas que não usufruem plenamente desses direitos. Seja no cenário nacional, ou no internacional, o ano de 2019 foi marcado por conflitos de várias ordens que ferem os direitos determinados pela carta da ONU, como aponta, por exemplo, o relatório da *Human Rights Watch*, organização internacional não governamental que defende e realiza pesquisas sobre violações à Carta dos Direitos do Homem em mais de 90 países e territórios. (HUMAN RIGHTS WATCH, 2019)

Com vistas aos desafios e importância dessa perspectiva, é válido lembrar o papel histórico da imprensa como mediadora dos campos sociais e cuja principal competência é dar visibilidade aos discursos, ações e valores dos sujeitos sociais, sempre com o compromisso com o interesse público, a democracia e a cidadania. Ainda que, desde meados do século XIX, tenha se estruturado como empresa comercial, o jornalismo ainda tem um papel central na divulgação, valorização e desenvolvimento de uma cultura de direitos humanos e é seu dever questionar se os valores canônicos estão, de fato, a serviço da sociedade.

Neste sentido, a grande reportagem desempenha um papel fundamental na construção do sentido social. Marques de Melo (2003) e Ricardo Kotscho (1989) ressaltam as possibilidades deste gênero de texto jornalístico enquanto construtor de uma narrativa que consegue gerar identificação com o leitor, e que também “criar (...) outras possibilidades de pontes entre mundos que no cotidiano só têm se encontrado pela violência” (BRUM, apud ANDI, 2006, p. 46).

Assim, o presente artigo expõe as atividades da pesquisa realizada e seus resultados, com uma angulação direcionada aos aspectos da narrativa jornalística e de direitos humanos de uma das reportagens analisadas. Além desta introdução, ele é constituído de outras três partes, divididos em: “Lentes teóricas”, que aprofunda as discussões sobre os temas levantados; “Análises”, que traz o estudo feito em torno da

reportagem “A cor do trabalho”, bem como sua base metodológica; e “Conclusão”, que sintetiza algumas das principais considerações finais do estudo.

LENTEs TEÓRICAS

No início do século XX, ocorreu uma mudança de paradigma em diferentes áreas das ciências humanas que concedeu à linguagem uma importância fundamental. Tornou-se evidente para os estudiosos que aquilo que definimos como realidade é nada menos que um tecido de significados, subjetivamente interpretados e definidos de acordo com uma concepção histórica e cultural específica. Esse mesmo movimento retomou a narrativa como elemento central para o entendimento do mundo.

Motta (2013, p.74) destaca a narrativa enquanto um “processo universal de constituição da realidade”, ou seja, a classifica como um fenômeno inerente à própria condição humana, através da qual os homens se constituem cognitivamente como sujeitos. Privilegia, assim, a ação narrativa sobre a narrativa como obra fechada, de modo que a enunciação seria um elo entre dois interlocutores, um ato no qual eles criam e trocam sentido através de performances, fenômeno que nomeia de coconstrução de sentido.

Como função principal, o campo dos media se preocupa em mediar os demais campos sociais e dar-lhes visibilidade nos momentos em que o contexto social requer determinada pauta. Logo, cabe ao exercício jornalístico se dedicar aos processos narrativos para tomar decisões adequadas e que contribuam para o desenvolvimento igualitário da sociedade. Os jornalistas, enquanto profissionais narradores, são capazes de articular histórias em favor da democracia e cidadania, um movimento essencial para a continuidade dos direitos humanos.

Historicamente, contudo, a mídia foi marcada por um modelo industrial de produção de notícia e esse negócio passou a estar mais interessado em seu potencial lucrativo do que no papel social do jornalismo. Medina (2003) crítica fortemente esse costume das redações jornalísticas, sugerindo uma produção em que a ação prática e a reflexão teórica se entretaçam. Para a autora, diferentes problemas na estrutura social permitiram que a prática noticiosa se enfraquecesse, são eles: a crise da modernidade; a cultura industrializada; e a crise da percepção (ou coisificação da consciência). Tendo isso em vista, para que o potencial máximo da comunicação social seja alcançado, é preciso

repensar a cultura narrativa vigente, que resulta, muitas vezes, em histórias desumanizadas, preconceituosas e estáticas, e produzir cada vez mais signos dialógicos, os quais descobrem sentidos mais profundos.

Para tanto, são necessárias produções que apresentem um enfoque multiangular (ou comunicação pluridirecional) e as grandes reportagens apresentam, potencialmente, estruturas qualificadas para esse pré-requisito. A extensão dialógica do formato permite um aprofundamento do assunto que vai além da simples apresentação causal para uma percepção crítica dos acontecimentos narrados. Nesse sentido, seu formato é adequado para propor uma reflexão acerca de diferentes temas dentro da sociedade.

No que diz respeito aos direitos humanos, a mídia jornalística tem um papel fundamental em sua continuidade, uma vez que “a democracia se realiza tanto através de práticas comunicativas, entendidas como momentos de produção de sentido, de disputa, de construção de mundo comum, como através de direitos já assegurados.” (FERNANDES, 2002, p.6). Isto porque o jornalismo participa da construção da realidade e, portanto, tem o compromisso social de abordar questões de direitos humanos, tornando-as mais palpáveis e acessíveis a todos. Essa materialidade da profissão é parte dos sistemas democráticos, razão pela qual a liberdade de imprensa é um direito fundamental.

Historicamente, a imprensa é uma das instituições centrais para promover o debate sobre o tema; não à toa, a atividade jornalística é recorrentemente cerceada em governos autoritários. Isso acontece, pois, além de uma responsabilidade, a imprensa também possui uma função estratégica nas sociedades em que pode atuar livremente. Esse papel envolve: vigiar as ações dos poderes estatais; dar visibilidade a problemas mais amplos e graves enfrentados pela sociedade; influenciar na ordenação da lista de prioridades da sociedade em geral e dos governos em particular; e construir uma reflexão contextualizada em relação aos assuntos que pretende abordar.

Nesse sentido, não é o simples “informar” dos fatos que contribuirá para uma discussão aprofundada sobre questões canônicas da cidadania. Essas funções, quando aplicadas ao jornalismo de direitos humanos, podem ir além disso, pois as narrativas jornalísticas são capazes de interpretar e dar sentido aos acontecimentos, contribuindo para proteção, promoção e combate à violação dos Direitos Humanos. Afinal, esse papel colabora para a ampliação do debate e para a construção de uma sociedade mais democrática e cidadã

ANÁLISE

A reportagem “A cor do trabalho”, de autoria de Amauri Eugênio Júnior e Pedro Borges, foi publicada em 19 de janeiro de 2019 e conta sobre a desigualdade racial presente no setor privado brasileiro. Começando com as estatísticas, que comprovam numericamente uma prevalência de pessoas brancas em grandes cargos empresariais, e uma disparidade de média salarial interseccionada por gênero e raça, os autores partem para a explicação mais complexa sobre o cenário no segundo setor. A avaliação perpassa questões bastante importantes para entender o contexto mais amplo, como a explicação histórica, as consequências de longo prazo para as pessoas e personagens, exemplos de empresas que lidam com o racismo estrutural de maneira positiva e negativa.

Tendo isso em vista, este artigo teve como base metodológica a Análise Crítica da Narrativa, de Luiz Gonzaga Motta (2013), na qual ele explica como acontece o fenômeno narrativo, além de construir um modelo para o estudar, a partir da análise das narrativas humanas. A partir desse nesse modelo é que o estudo se debruça sobre as reportagens do TAB.

O primeiro movimento de Motta envolve a compreensão da intriga como síntese do heterogêneo. O movimento seguinte diz respeito à lógica do paradigma narrativo, entender as “demandas de articulação interna da intriga” (MOTTA, 2013, p.147). Na sequência, o movimento analítico debruça sobre o surgimento de novos episódios, que são unidades narrativas nas quais uma ação relativamente autônoma em relação à totalidade da estória é contada.

O quarto movimento é o que permite ao conflito dramático se revelar, já o quinto movimento envolve a identificação do personagem. Em seguida, é preciso elencar as estratégias argumentativas do narrador, o qual busca defender a veracidade de sua estória. Por fim, permitir às metanarrativas aflorarem.

Dentre as estratégias, o estudo prioriza a compreensão da intriga enquanto uma força aglutinadora de acontecimentos-intriga (ou episódios) e o enredo como um projeto dramático mais complexo e com mais significados do que ela aparenta à primeira vista. A compreensão das unidades narrativas, nas quais uma ação relativamente autônoma em relação à totalidade da estória é contada. A análise fez uso da sequência definida por Todorov (1970), que explica o funcionamento da intriga nos seguintes blocos: 1) estado

inicial de equilíbrio; 2) força perturbadora; 3) desequilíbrio; 4) força antagônica; e 5) restauração do equilíbrio.

Além de se debruçar sobre o conflito narrativo, o enquadramento cognitivo é um elemento estruturador fundamental da narrativa. Assim, o analista deve atentar para a interpretação de mundo que o narrador sugere ao interlocutor a partir desse enquadramento.

A partir do procedimento pré-definido, a análise focou na estrutura do texto, o qual foi dividido em nove partes: uma introdução ao assunto e oito partes iniciadas por um intertítulo, facilitando aos leitores compreender quais perspectivas sobre o assunto são costuradas ao longo da narrativa. Cada parte da narrativa compõe uma mesma lógica de raciocínio, a de que tanto o mercado como a sociedade serão beneficiados por uma política de inclusão racial, a qual, infelizmente, ainda está distante da nossa realidade. Além do texto, a reportagem contou com um vídeo e dois infográficos, os quais ajudam os leitores a entenderem melhor a força argumentativa dos autores.

A introdução apresenta dados justificando o racismo na estrutura empresarial, comparando a renda média das pessoas e o nível de escolaridade de acordo com seu gênero e raça. A primeira parte, “Plural é legal”, apresenta argumentos a partir da experiência de uma empresa que adotou um programa de estágio voltado para jovens negros, e mostra qual a importância de iniciativas assim na vida de profissionais negros, cujas oportunidades são menos frequentes do que para profissionais brancos com a mesma qualificação, além de apresentar o depoimento da funcionária da empresa, contando como a diversidade mudou positivamente a companhia. Após a terceira parte, a reportagem constrói o atual cenário desigual das empresas, desde como elas colaboram para a manutenção de estruturas racistas, até um caso de um funcionário que sofreu racismo e teve uma grande dificuldade para conseguir justiça, o que os jornalistas nomearam de “Sentindo na pele”, na quarta parte do texto. Nas últimas duas partes, os autores trazem as cotas como uma solução possível para reduzir o impacto da desigualdade racial no mercado de trabalho, porém não deixam de problematizar que, apenas com as cotas, não será possível resolver um problema histórico no Brasil.

Além disso, a reportagem ouviu quatro funcionários de duas empresas diferentes, a agência J. Walter Thompson e a Latam, e é a partir de posicionamentos racistas e antirracistas das entidades que o sentido do texto é construído. Para construir esse pensamento, é importante destacar que os jornalistas apresentam informações de um

tempo recente (com dados de 2015 em diante) comprovando a atualidade do tema, no entanto, eles deixam claro que as causas dele são mais antigas e mais profundas, precisando ser resgatadas de um tempo anterior ao século XXI.

Isto posto, é preciso entender o projeto dramático dos autores. Ressalta-se primeiramente que, no subtítulo do texto, a pergunta orientadora da reportagem fica evidente “Empresas se beneficiam com mais negros em cargos-chave, mas isso diminui o racismo estrutural?”. A escolha por deixar isso claro desde o começo, possibilita que os leitores entendam o objetivo da matéria e sua principal questão-problema, e permite que eles saibam qual categoria de informação vão ler no texto subsequente. O próximo elemento que aparece na página é um parágrafo que resume a linha de raciocínio que será desenrolada ao longo do texto, em quatro linhas, os jornalistas conseguiram fazer relações de causa e consequência que evidenciam os problemas estruturais, e quais soluções a sociedade encontra para eles.

Tendo isso em vista, os dois primeiros elementos presentes na reportagem já conseguem delinear uma linha de raciocínio dos autores, destacando as principais premissas que orientam o texto. Logo no começo, portanto, o projeto dramático de Borges e Júnior fica evidente, e é construído a partir da lógica do silenciamento acerca do tema fortemente presente, mas muito pouco debatido até o momento da reportagem. A intriga da estória se encontra nas estruturas racistas do segundo setor que, ainda que esteja claramente situada no contexto do Brasil de 2019, faz parte de um contexto muito maior e universal: a desigualdade racial.

De acordo com os pesquisadores estruturalistas, a lógica interna da intriga pode ser encadeada a partir da articulação de sequências-tipo, as constantes narrativas que estruturam uma intriga. De todas as sequências apresentadas por Motta (2013), a elaborada por Todorov (1970) parece ser a que melhor se encaixa na reportagem, o autor determina uma intriga-mínima. 1) Estado inicial de equilíbrio: ainda que os autores problematizem o equilíbrio, existe a manutenção de uma estrutura tradicional, que reforça as desigualdades raciais, e cria uma hierarquia na sociedade, a qual é evidenciada na introdução do texto, com dados de pesquisas atuais. 2) Força perturbadora: representada pelas políticas afirmativas, que permitem a entrada de jovens negros no mercado de trabalho e desequilibram o estado anterior das coisas. "A mulher negra está na base da pirâmide social. Por isso, a gente diz que quando ela se move, ela move toda a pirâmide e, ao fazer isso, desequilibra tudo", justifica Cida Bento, psicóloga entrevistada pela

reportagem. 3) Desequilíbrio: é o contexto social pós medidas afirmativas, as quais questionam a lógica de poder tradicional, e divide o mercado entre empresas que seguem as medidas progressistas e empresas que reforçam a estrutura racista. Nesse momento, os autores retomam o contexto histórico racista que provoca a intriga. 4) Força antagonista: é o discurso das empresas que não desenvolvem políticas antirracistas, na reportagem ela é protagonizada pelo conflito entre a Latam e José Roberto dos Santos, ex-funcionário que acusou a empresa de racismo. Nesse momento, a dialética concordante-discordante fica evidente, sendo a empresa o agente que questiona as políticas afirmativas, as quais provocam mudanças, e é a situação dramática em que a tensão se eleva, gerando uma resposta emocional nos leitores, que podem ou não se identificar, ou terem empatia por José. Esse é o ponto alto da narrativa, seu clímax, uma parte fundamental do projeto dramático dos autores. 5) Restauração do equilíbrio: nas partes finais da reportagem, a situação é bastante semelhante aos momentos iniciais, porém os autores reforçam a importância das cotas raciais como outra possibilidade de iniciativa para desconstruir a hierarquia social. No entanto, os jornalistas problematizam a efetividade dessa política, que sozinha não é suficiente para superar o racismo estrutural. A última frase do texto: “Não basta criar condições para segmento mínimo ingressar no mercado de consumo, pois ainda há população negra extremamente segregada de qualquer acesso de exercício de cidadania”, de Juarez Xavier, outro especialista entrevistado, responde à pergunta orientadora do texto. E a conclusão dos autores é que, ainda que as medidas das empresas sejam fundamentais, elas não são suficientes para desconstruir o estado inicial de equilíbrio.

Perceber essas novas unidades da história, chamadas por Motta de episódios, permite recompor a narrativa e identificar algumas estratégias semânticas. Com o intuito de reestruturar a reportagem, é possível fazer um esquema relacionando as partes definidas pelos autores com as sequências-tipo elaboradas por Todorov (1970). A intriga, portanto, pode ser estruturada por novas partes, sendo elas:

Tabela: A nova estrutura da intriga - “A cor do trabalho”

Sequências-tipo	Partes originais (intertítulo)
Estado inicial de equilíbrio	Introdução
Força perturbadora	Plural é legal; Hora da inclusão

Desequilíbrio	Democratizar é preciso; Raças e funções; Efeitos colaterais
Força antagônica	Sentindo na pele; Volta e demissão
Restauração do equilíbrio	Cotas e ações afirmativas; Gostam da América?

Fonte: autoral

Uma vez definidas as partes estruturantes da reportagem, é possível avançar para o próximo movimento da análise pragmática, pois há um conflito dramático aparente. Em A cor do trabalho os autores da reportagem concentram o frame do conflito na parte da força antagônica, em que um ex-funcionário da Latam passa por um processo complicado e longo, no meio do qual ele é demitido da empresa, após sofrer um episódio de racismo por outro funcionário da mesma companhia. Esse é o conflito central da reportagem, no qual os leitores podem se envolver mais profundamente com a questão da desigualdade racial no mercado de trabalho, pois ela ganha um formato mais consistente com o nome do José Roberto dos Santos. Porém, a tensão resume um enfrentamento muito maior, extradiegético, que são as empresas inseridas no mercado e seus funcionários negros, ou ainda os profissionais negros que encontram dificuldade em conseguir um emprego compatível com a sua qualificação.

A narrativa resume, portanto, um conflito histórico, muito maior do que ela mesma, e dessa forma não consegue encerrar o problema, mas, prolonga-o para além da discussão realizada no texto. A sucessão de acontecimentos que melhoram e degradam a luta político-social por poder não consegue terminar ao longo da narrativa, o que é coerente com o desenrolar de seu discurso, pois ele deixa claro que a mesma luta não começa no tempo do texto, mas em um tempo muito anterior à 2019. Sendo assim, as rupturas e continuidades dos processos apresentados ao longo da narrativa (seja com as empresas que desenvolvem programas afirmativos, ou aquelas que ainda não têm essas medidas) são posicionadas em um cenário muito mais amplo, de uma luta da sociedade contra as forças hegemônicas de poder, as quais estão em conflito há muito mais tempo, e de maneira muito mais profunda e complexa.

Para entender melhor a dimensão do conflito, portanto, os autores se comprometeram com a contextualização do tema, ou seja, explicaram as raízes históricas que resultaram na situação atual. Desse modo, a audiência compreende a profundidade

da temática, e o presente retratado ganha mais sentido. Além disso, o mesmo movimento de recuperar os tratados que o Brasil assinou, assim como seu passado escravocrata, resolvem o aprofundamento do contexto, pois os jornalistas avançaram na explicação das coisas que atuam de imediato, isto é, a desigualdade de oportunidades não pode ser entendida por si só, mas requer uma revisão didática acerca das estruturas racistas brasileiras e como elas se formaram.

A partir de então, é possível analisar o papel dos personagens na narrativa. Na reportagem do TAB, os jornalistas entrevistaram um total de 14 pessoas, das quais cinco estavam diretamente envolvidas, e é possível analisar melhor a transformação de pessoa em persona no discurso construído sobre as últimas. Aline Piovan (29 anos) e Thamara Pinheiro (26 anos) contribuem enquanto fontes primárias e individuais, pois contam de suas experiências pessoais no programa 20/20 da agência que as contratou, com o objetivo de aumentar o número de funcionários negros na empresa. As jovens explicam como, na prática, os processos seletivos tradicionais excluem pessoas negras da possibilidade de ascenderem, trazendo a questão do inglês fluente, do bairro em que residem e da instituição acadêmica em que se formam. A inclusão da caracterização detalhada das personagens ao longo da narrativa garante que elas não se resumam às ações que realizam no contexto, pois há espaço para a subjetividade delas.

Por meio das duas entrevistadas, os autores conseguiram se aproximar de uma coconstrução de sentidos sobre o assunto, pois os leitores têm a oportunidade de se identificarem de maneira mais profunda com as personagens. Outro entrevistado que é um personagem-chave da reportagem é José Roberto dos Santos, o qual protagoniza o conflito central da história com seu agente antagônico: a Latam, empresa aérea da qual foi funcionário. O drama de José perdura anos depois que sofre dois episódios de racismo na empresa em que trabalha, mas não consegue a indenização devida, e a companhia não altera seu modo de funcionar, o que favorece o silenciamento do racismo. Toda a história é narrada em termos de ação do personagem, porém, diferentemente das jovens contratadas pela agência, o operador de cargas da Latam não tem sua subjetividade incluída no texto.

Ao longo dos parágrafos, os jornalistas não se aprofundam no contexto individual do personagem, não contam sua história, seu envolvimento emocional, ou alguma percepção mais pessoal que ele tenha tido. Isso limita o entendimento acerca de um conflito muito fundamental para a compreensão da narrativa e dos efeitos de sentido que

os autores buscaram alcançar com a história das duas estagiárias. O conflito principal, portanto, se limita a aspectos objetivos, e acaba por tornar a narrativa menos profunda do que ela tem potencial para ser. A resposta institucional da Latam também contribui para que o conflito seja entendido de maneira superficial, ainda que essa participação tenha dependido da própria empresa, era possível que os jornalistas fossem atrás de outras fontes cujo lugar de fala se aproximasse da companhia (como procuradores, juízes, advogados especialistas etc.).

Além das fontes individuais, a reportagem ouviu nove especialistas no assunto, os quais são personagens, porém não atuam através de ações diretas, mas com a opinião e experiência pessoal. Primeiramente, é importante ressaltar que a voz dos especialistas não se mistura com a voz dos personagens na reportagem, evitando alguma hierarquização mais imediata entre esse discurso e de personagens. Ao longo da narrativa, os demais especialistas aparecem com o intuito de explicar ou complementar dados, ou cenários que os autores trazem ao texto.

Uma única exceção é feita para Cida Bento, psicóloga social, coordenadora-executiva do CEERT (Centro de Estudos das Relações do Trabalho e Desigualdades) e integrante do Fórum Permanente pela Igualdade Racial e da Articulação de Mulheres Negras Brasileiras, que aparece no mesmo vídeo que as jovens profissionais que entram no mercado de trabalho. Mesmo assim, enquanto mulher negra, a especialista também fala como alguém que vive o racismo na pele, superou os mesmos obstáculos que as personagens e, assim, tem propriedade para ser ouvida enquanto pessoa, indivíduo. A psicóloga discute sobre o contexto psicossocial que provoca desigualdade de oportunidades entre os profissionais brancos e negros.

A partir dos pontos avaliados, é possível ver uma retórica narrativa se formando. O primeiro elemento que evidencia uma retórica narrativa é a escolha por fontes, múltiplas, diferentes, e todas legitimadas a partir de sua experiência profissional, essa escolha não é aleatória, mas faz parte das estratégias para convencer o leitor de que aquela é a realidade em si. As fontes de pesquisa também são elementos usados para caracterizar a narrativa como verdade, pois são datadas de períodos atuais, têm referenciais institucionais e espaciais que criam a sensação de que é um fato, e não uma versão de uma questão bastante complexa. Dessa forma, a maneira como os receptores vão entender a narrativa colabora para uma construção de uma verdade acabada, diferente de uma construção complexa de uma realidade múltipla.

As análises apresentadas acima remetem, por sua vez, ao último movimento elencado por Motta (2013): a identificação das metanarrativas. A reportagem discute uma realidade de 2019, o que ainda pode ser entendido como bastante atual, pois questões estruturais levam anos para serem superadas, mesmo que em aspectos específicos. Além disso, há um foco no Brasil, o que carrega consigo diferentes fatores históricos, geográficos e demográficos que divergem do restante do mundo. Por construir um enquadramento principalmente econômico, é importante situar a narrativa em um momento de crise político-econômica bastante marcante para esse tempo.

Ao final, este estudo também seguiu outros critérios de avaliação para compreender se os produtos analisados contribuem para o aprofundamento e humanização da questão, que foram retirados do relatório da Agência de Notícias dos Direitos da Infância sobre mídia e Direitos Humanos (ANDI), de 2006. No documento da ANDI, o primeiro passo para a classificação de uma matéria sobre direitos humanos é a menção às expressões “Direitos Humanos” e “cidadania”, os quais aparecem, respectivamente, uma e duas vezes no texto.

Em seguida, cabe mencionar o foco geográfico da matéria, a qual se concentra no Brasil, pois os dados e a realidade construída se baseiam em fatores nacionais. No entanto, cabe ressaltar que a maioria dos entrevistados falou de uma perspectiva da cidade de São Paulo, sejam especialistas que representam uma instituição da cidade, ou as fontes individuais que vivenciaram sua experiência ali.

O próximo aspecto estudado foram os direitos, os direitos mencionados pelo texto e o enquadramento a partir do qual se deu a sua menção. Também é preciso entender qual o foco central, isto é, a principal discussão sobre o universo de Direitos Humanos desenvolvida nos textos e analisar quais as perspectivas de desenvolvimento abordadas pela matéria para, enfim, identificar quais foram os parâmetros específicos da discussão de direitos humanos (conceito, perspectiva histórica etc.).

A matéria discute o racismo estrutural de uma perspectiva das empresas privadas, dessa maneira, é possível indicar que os direitos mencionados são principalmente o do trabalho, da igualdade racial e da não discriminação por qualquer aspecto ou característica específica. Todos eles recebem um enquadramento principalmente econômico, no que se refere ao poder aquisitivo de pessoas negras ou brancas, homens ou mulheres. Ao apresentar possíveis soluções para o problema discutido, os autores apresentam o Estado e o setor privado como os principais agentes transformadores. O desenvolvimento do

problema, nesse sentido, é construído de maneira multifatorial, possibilitando diferentes formas de entender suas causas e consequências.

O foco central da narrativa gira em torno da desigualdade racial no Brasil, e esse problema é relacionado a uma perspectiva de Direitos Humanos sob um parâmetro, principalmente, histórico. Isso se deve à relação estabelecida, ao longo de todo o texto, entre os dados atuais, que indicam um claro descompasso entre as oportunidades e o poder aquisitivo de brancos e negros no país, e os acontecimentos anteriores ao tempo presente, o que ainda afasta a população preta brasileira de uma cidadania plena.

Outro enfoque do estudo da ANDI foram os mecanismos de inclusão na pauta, ou seja, como as temáticas e os fatos noticiados foram parar na imprensa e quais foram os elementos geradores da notícia. A princípio, não existe um acontecimento evidente que tenha motivado os autores a desenvolver a reportagem. No entanto, fatores externos à narrativa, os quais são incluídos nela, podem ter inspirado os jornalistas, como o racismo estrutural, ainda fortemente presente no Brasil, o que pode estar relacionado à falta de conteúdo de qualidade que estimule um debate público sobre o assunto.

Por fim, a pesquisa avaliou as discussões transversais que participaram na construção da notícia. Nesse momento, é preciso identificar os elementos que colaboram na construção, mais, ou menos, complexa e qualificada da reportagem. Por isso, a presença de fontes qualificadas, de estatísticas atuais e de institutos reconhecidos, a presença dos hiperlinks para legitimar as fontes usadas no texto, os infográficos e o vídeo, além das discussões interseccionadas acerca da raça, classe social e gênero, são escolhas dos autores que contribuem para uma percepção mais madura da discussão e garantiram que o tema dos direitos humanos, ainda que não tenha sido mencionado diretamente, não fosse discutido de maneira superficial.

CONCLUSÃO

A pesquisa realizada apontou e reforçou o papel do jornalismo na compreensão de um assunto pela sociedade, visto que a atividade troca sentidos de real por meio das narrativas que constrói. Nesse sentido, as narrativas desempenham um papel central na profissão jornalística, pois é na sua estrutura que os acontecimentos irão se desenrolar e construir uma realidade para a audiência. Cabe, ainda, ressaltar a oportunidade do uso do

gênero grande reportagem no desenvolvimento dos temas, visto que seu tamanho e o tempo maior de produção permitem que a intriga se estabeleça de forma orgânica.

Dessa forma, existe um dever do jornalismo para com a disseminação dos direitos humanos, não apenas enquanto fato, mas principalmente como temática, cujo debate é preciso estar no centro da atenção e das ações públicas para garantir uma cidadania e democracia plenas. No que concerne à abordagem do assunto, a narrativa não estruturou a própria linguagem para que o vocabulário se aproximasse dessa realidade, o que enfraqueceu uma relação que poderia ter aprofundado a abordagem de seu tema.

Por outro lado, percebe-se que a reportagem incluiu em sua narração perfis de vida, o que contribuiu para a humanização do tema. A dedicação na caracterização das histórias humanas foi maior, enquanto as vozes especializadas eram usadas em segundo plano, apenas para complementar, explicar, ou esclarecer o pensamento construído. As estagiárias contam suas trajetórias e é nelas que a narrativa joga o seu foco central. Porém, é a psicóloga entrevistada quem elabora uma lógica complexa por trás das experiências pessoais das jovens, ao falar do movimento da pirâmide social.

Outra maneira que a narrativa trabalhou para aprofundar a abordagem das temáticas, foi estabelecer uma relação clara com as raízes do tema. Ao longo do texto, as explicações sobre a desigualdade percebida atualmente são explicadas a partir de um paralelo com questões históricas, anteriores ao século XXI. Ao construir a reportagem com divisões claras, a audiência consegue entender a linha de raciocínio de maneira evidente. Em “A cor do trabalho”, cada bloco informativo tinha um subtítulo que se relacionava ao tema do bloco, o que facilitou a compreensão dos assuntos abordados e dos diferentes episódios, uma vez que há um longo raciocínio desenvolvido ali.

Ainda, vale ressaltar que a possibilidade de financiar uma produção complexa e longa, como as grandes reportagens, são uma exceção no contexto da indústria jornalística no Brasil. O UOL TAB, nesse sentido, participa de um grupo seletivo de empresas que conseguem custear um veículo que se dedica, quase que exclusivamente, para a produção de conteúdos extensos, profundos e complexos.

Tendo levantado as questões anteriores, cabe, por fim, responder à pergunta: a grande reportagem multimídia analisada é suficientemente aprofundada para elaborar uma perspectiva construtiva dos direitos humanos? Fica claro que a reportagem foi resultado de um processo longo e elaborado de apuração, o qual planeja suas narrativas, principalmente a partir da multiplicidade de linguagens e de vozes protagonistas. Essa

lógica colabora com o resultado, evidenciam um esforço de pensar a construção da realidade através de um olhar subjetivo, profundo e humanizado, acerca de um aspecto dos direitos humanos na atualidade.

Assim, o que se percebe acerca das produções é que elas desenvolveram um padrão diferente das mídias tradicionais, pois trabalham com a humanização e aprofundamento de maneira mais fácil, já que alguns mecanismos já estão internalizado no processo. No entanto, o veículo ainda se insere em uma lógica industrial de produção, em que o tempo para a reflexão dura, necessariamente, uma semana, o período entre a publicação de cada edição. Dessa forma, elas são aprofundadas de maneira a elaborar uma perspectiva mais construtiva do que modelos anteriores de conteúdo jornalístico, ainda que o modo de produção do conteúdo induza a falhas pontuais de aprofundamento narrativo.

REFERÊNCIAS

EUGÊNIO JÚNIOR. Amauri e BORGES, Pedro. A cor do trabalho. In UOL TAB. 07 jan. 2019. Disponível em <https://tab.uol.com.br/edicao/diversidade-trabalho/#cover>. Acessado em: 31 jan. 2020.

FERNANDES, Adélia Barroso. Jornalismo, cidadania e direitos humanos: uma relação reflexiva no espaço público. Salvador: Intercom, 2002.

HUMAN RIGHTS WATCH. Relatório Mundial 2019. Disponível em <https://www.hrw.org/pt/world-report/2019>. Acessado em 30 out. 2020.

KOTSCHO, Ricardo. A prática da reportagem. São Paulo: Ática, 1986.

MEDINA, Cremilda. A arte de tecer o presente. São Paulo: Summus Editorial, 2003.

MOTTA, Luiz Gonzaga. Análise crítica da narrativa. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2013.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Paris: 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracaouniversal-dos-direitos-humanos>. Acessado em 05 mar. 2020.

UOL. UOL lança o TAB, novo projeto editorial interativo. Disponível <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/redacao/2014/10/13/uol-lanca-o-tabnovo-projeto-editorial-interativo.htm>. Acessado em: 7 fev. 202

VIVARTA, Veet; PANELA, Guilherme. Mídia e direitos humanos. Brasília: ANDI, 2006.